

MENINA JOVEM MYRA

Julieta Monginho

Quis a espantosa ordem das coincidências que na minha semana se tenham conjugado o I Congresso Internacional da Adopção e o fim da leitura de «Myra», o último romance de Maria Velho da Costa. Não, Myra não é uma menina adoptada, nem judicialmente adoptável, apenas uma rapariga que tem a sua primeira menstruação no começo do livro e anda em fuga, ou seja em busca de laços afectivos, na companhia de Rambo, o cão:

Foi então que Myra pensou que se tinha urinado de medo. As pernas estavam pegajosas, molhadas por dentro. Apalpou-se e viu pela mancha escura nos dedos que era sangue vivo. Logo havia de ser hoje, a primeira vez, Rambo, disse sem medo para o cão. O sangue puxa o sangue.

Não pude ir ao Congresso, mas acabei a leitura deste livro belíssimo. Ambos, ausência e livro, mais algumas perplexidades suscitadas durante a minha ainda breve experiência no Tribunal de Família e Menores, levam-me o pensamento para os miúdos apanhados na encruzilhada dos projectos, no beco das insoluções. Refiro-me aos pré-adolescentes ou adolescentes que falharam o momento, condenados a permanecer em acolhimento institucional até ao fim da linha, porque a família biológica foi um perigo que demorou séculos a diagnosticar e a família de afecto não funcionou ou inexistiu. Grande parte deles, campeões de uma longuíssima prova de obstáculos, conseguiu que lhes fosse aplicada a medida de acolhimento com vista à adopção. Porém tardiamente, quando já ninguém os quer e eles já aprenderam que querer não é poder.

Os números, pelo contrário, têm um poder descomunal. Todos os números que nos impõem são traidores, prepotentes, inimigos. Os números das idades sucessivas, os do relógio, os da estatística (a matemática elementar do mérito imediato), os dos processos empilhados em permanente instabilidade, ainda que no recato electrónico, como se não fossem vidas próprias o que está empilhado nas nossas secretárias. Os números implacáveis, os estudos, os *rankings*. Os miúdos, esses, só muito raramente aparecem (puxam-nos pela gola do casaco, batem-nos à porta do ombro, perguntam está aí alguém?). Aparecem, claro está, para nos incomodar, que mais podem fazer? Aparecem em situações limite: a arte da fuga permanente (*Nem sol de dia, nem as Ursas da noite, a Maior e a Menor. Myra caminha debaixo de um céu*

cego, opaco e descido, mais branco que negro. Nem o halo de lua, que é forma que o sol toma, quando o céu branqueia. Myra não sabe onde está e o cão, solto à frente, não pode farejar o seu destino de Sul.), circunscrita ao âmbito da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo; a arte da ameaça aos valores socialmente aceites e legalmente protegidos, no âmbito da Lei Tutelar de Menores. Aliás raramente se repartem por uma ou outra em alternativa, quase sempre as duas leis – as duas artes - se entrelaçam e confundem no mesmo desabrigo.

Quando o incómodo perturba, proliferam as reportagens nos jornais, os artigos de fundo nas revistas, o falatório bloguista, verdadeiras imagens em *prime time*. De repente até, tresmalhada do discurso, uma frase essencial: «A partir de certa idade ficam incontroláveis e ameaçadores. Mas, por vezes, basta um pouco de atenção para ficarem tranquilos. O problema é que ninguém lhes liga...»

Então eles desatam a ligar-se uns aos outros e a desligar-se do exterior, do mundo que consideramos real, do mundo nosso. Todos os dias deambulam um pouco mais para longe, cada dia perdem mais um ano. Passos de caranguejo, empurrões, pontapés no nevoeiro, julgando destruir pequenos muros de berlim. Ou talvez de berlim só conheçam as bolas e cobicem o creme (sim, o creme é essencial, sem creme não têm estilo nenhum). Empurram, ligam-se, riem, resumem o orgulho do caçador furtivo, do bandido encartado, do poder único de maçar, amedrontar quem os despreza.

Agora é fácil serem apanhados numa teia qualquer: possuem alcunhas e *nicknames*, um degrau fixo na escala identitária, não se confundem na multidão embora ecoem vozes que são só uma. Fácil apanhá-los porque são inúmeras as vias ditas protectoras, resta saber quem protegemos nós e de que medos.

A primeira das vias – porque a princípio era o verbo e a palavra transforma o pensamento – é a supressão dos rótulos fatais e do conceito de marginalidade: tratamo-los por JOVENS. Num país onde os nomes valem nada se desantecedidos das fórmulas sociais de qualificação - senhor doutor, senhor engenheiro, senhor arquitecto, por quem é - o Pedro é o Jovem Pedro e a Cátia a Jovem Cátia. Talvez fosse ainda mais correcto tratá-los por Senhor Jovem Pedro ou então Menina Jovem Cátia. Assim o nome (o epíteto, o invólucro) é um aparente elemento de inclusão, mas muito insuficiente; ei-los convocados ao centro do mundo por deferência e simplificação. A margem, essa origem, desapareceu na arca trespessada pelos punhais do prestidigitador, ou seja continua lá, assusta-nos os olhos e cega-os, complacente.

As outras vias são enumeradas em alíneas, aplicadas por audazes voluntários da decepção. A Cátia significa trinta minutos em tempo, vinte linhas em espaço, o Pedro

outro tanto. Muito pouco para vidas tão precoces, já cansadas, tão aptas a destruir-se e a destruir.

Por isso às vezes escrevem bilhetinhos aos processos. Com erros ortográficos: senhor doutor juiz eu queria pedir se me deixava ir passar uns dias com a minha família de quando eu era pequeno. Senhor tribunal eu ouvi dizer que a minha mãe já não consome e eu tenho tantas saudades agora ela já não me batia se pudesse voltar para casa. Senhores eu só queria no fim de semana ou quando desse jeito ver o meu primo André.

Consulta-se o processo de uma ponta à outra: família biológica maltratante, proibidos os contactos; família de acolhimento inexistente; acolhimento institucional de longa duração – fim da linha; acolhimento institucional com vista à adopção a partir dos dez (ou menos) anos de idade, com ou sem processos de adopção falhados – fim da linha. Nenhum projecto alternativo, nenhuma resposta fora da instituição. Folheia-se a agenda, inventa-se um furo para chamar o Jovem e explicar-lhe que não há resposta (ou então aguarda-se até ser apanhado na rede tutelar).

O relógio não pára. O relógio nunca parou na vida do miúdo à nossa frente, não pára nos desabafos, não pára nas lágrimas, não pára nos fins de semana sem cinema nem ninguém que os procure, não pára na espera do miúdo que se segue, ou seja na esperança e na fuga que se segue.

(Eles sabem de onde vem, minha boa menina. Para onde vai, só Deus. A necessidade é a mãe do engenho, e não há coisa mais pulcra que a necessidade que Deus tem de nós, coitadinho. Eu penso, menina. E só estou aqui por um pouco de estímulo intelectual. Perceber os marginais, percebe, Miss Myra?)

Eu não percebo grande coisa, sonho mais. Sonho poder ter tempo para ouvir os miúdos sem horas marcadas, sem limites de tempo. Como conseguia fazer o meu formador vinte e tal anos atrás – tantas saudades, doutor Rui Epifânio – não porque esse tempo fosse melhor (os mecanismos protectores eram infinitamente menos) mas porque, ainda assim, havia melhor equilíbrio entre o número de casos (cada um diferente dos demais, não há receitas) e o número de magistrados encarregados de os tratar.

Sonho que a verificação da inexistência de vinculação afectiva, irreversível, entre a criança e os progenitores ou a família biológica alargada, possa ocorrer cada vez mais precocemente. Que nenhum menino complete três anos sem ter ninguém a quem possa chamar mãe, pai, avô e que o adormeça ao colo, ou o repreenda meigamente, como só se faz a um filho.

Sonho que os candidatos a adoptantes não idealizem os seus futuros filhos como substitutos daqueles que não puderam conceber, que os aceitem dispostos a

enfrentar a condição mais altruísta que a vida nos oferece, a do exercício da parentalidade.

Não sonho, mas prometo reflectir sobre novas opções que a lei possa vir a estabelecer para os miúdos que o actual sistema encerra no beco da institucionalização (ainda assim, note-se, preferível a qualquer reatamento de laços com a família negligente ou maltratante). O caminho de um outro modelo, mais flexível, mais qualificado, mais ajustado à idade adolescente das famílias de acolhimento, ou mesmo das «famílias amigas» parece-me interessante.

Sonho que os miúdos que me enlevam e desafiam não se reduzam a números estatísticos num *power point* qualquer, publicitado por seja qual for a instância de poder.

Marcha, Myra, um pé atrás do outro, não penses. Voa. Um pé atrás do outro. Como reses que ninguém abate, nem mortas.

Sonho que nenhuma estória seja igual à de Myra.